

O IDEB NA REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR E O CONCEITO DE QUALIDADE: PERSPECTIVAS DOS GESTORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marcos Barbosa de Aquino UERN/CAPF Email: mbarbosaq79@gmail.com

Ciclene Alves da Silva UERN/CAPF Email: ciclenealves@bol.com.br

Maria Beatriz Fernandes UERN/POSEDUC Email: mariafernandes@alu.uern.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa intitulado “*O Ideb na região do Alto Oeste Potiguar: estudo com os dirigentes municipais de educação*”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade do Estado do Rio Grande no Norte (UERN).

O objetivo desta pesquisa é estudar a relação entre os discursos de três secretárias municipais de educação do alto oeste potiguar sobre o IDEB e a qualidade da educação ofertadas nas escolas públicas da região. Para isso, realizamos estudos dos indicadores educacionais das secretarias municipais de educação dos três municípios e analisamos os discursos das dirigentes municipais de educação, intencionando estabelecer relações entre os indicadores do Ideb com a noção de qualidade observada nos discursos destas profissionais.

A análise do discurso é “[...] encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse” (FOUCAULT, 2019, p. 31). Portanto, permitindo construir uma narrativa sobre o que tem sustentado a noção de qualidade da educação a partir das vozes dos sujeitos da *práxis*, de modo mais próximo e coerente possível com os contextos investigados.

Metodologicamente este trabalho é de natureza qualitativa, compreendendo que “A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas [...]” (RICHARDSON, 2012, p. 90). Utilizamos um questionário semiestruturado e analisamos os dados com base na análise de discurso de Michel Foucault, conforme apresentaremos adiante.

DESENVOLVIMENTO

A ideia de qualidade relacionada à educação vem aparecer em documentos legais em nível nacional somente a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, exigindo não só a garantia de padrões mínimos de qualidade no ensino, como também a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Este discurso sobre qualidade da educação foi muito bem acolhido entre os políticos do Brasil que, movidos por interesses pessoais e eleitorais e pela pressão popular por parte dos segmentos menos favorecidos na reivindicação do aumento no número de escolas públicas, expandiram o número de escolas em todos os níveis no país (BEISIEGEL, 2006), garantindo o acesso por parte da população em situação de desigualdade social a estas instituições.

O Brasil passou pela fase em que a expansão e o acesso eram considerados fatores de qualidade, na medida em que garantia a maioria da população, excluída socialmente, uma qualificação para o mercado de trabalho por meio da educação. Entretanto, surge uma nova preocupação: saber se os alunos que estão inseridos na escola estão de fato aprendendo. Assim, é criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para avaliar o desempenho dos alunos da Educação Básica. O Saeb é constituído por três avaliações em larga escala: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil); a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb); e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

As médias obtidas pelas avaliações do Saeb, articuladas às taxas de aprovação do Censo Escolar compõem os indicadores (de qualidade?) do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que avalia “[...] a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino [...]” (FERNANDES, 2007, p. 7). Na linguagem do Ideb, uma escola é considerada de qualidade quando os alunos permanecem na escola (fluxo) e são aprovados ao final do ano (desempenho e proficiência).

Através dos discursos das três secretárias, os resultados apontam, enunciados que caracterizam o IDEB enquanto aferidor de qualidade, e encontra-se presente em falas como: “*É um indicador nacional que possibilita o **monitoramento da qualidade***”; “*objetiva **medir a qualidade do aprendizado nacional***”; “*O IDEB é um diagnóstico que **apresenta a qualidade do ensino***”; “*acompanhar como o país, os estados, os municípios estão avançando ou não em suas aprendizagens ou se aproximando da **qualidade da educação***”; “[...] *sinaliza se estamos próximos ou distantes do objetivo que consideramos ideal para uma **educação de***

qualidade”. Os enunciados das três secretárias acerca do IDEB estabelecem uma formação discursiva que evidencia a relação direta que elas instituem entre os resultados do Ideb e a qualidade educacional dos seus respectivos municípios, reduzindo os fatores de aprendizagem e rendimento aos números apresentados por esses indicadores.

Os enunciados acima dispostos se alinham, a nível de discurso, com os dispositivos de poder que o regularizam, como a Constituição Federal, o PNE e o Ministério da Educação (MEC). É o caso da Secretária 2, ao argumentar que “*O IDEB como um indicador nacional precisa de novas diretrizes operacionais e conceituais da avaliação que visem à **melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem** e não apenas medir a qualidade do aprendizado nacional*”; Encontram-se também a nível de prática, como está apresentado na fala da Secretária 3, pois sua fala aponta para “*Estimular o hábito da **escrita** e da **leitura***” enquanto práticas que elevam a qualidade do ensino, sendo estes os parâmetros defendidos pelo IDEB . Para Foucault, os discursos tidos como verdades, quando apoiados “[...] sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 17).

É perceptível que todas as secretárias, em alguns momentos dos seus discursos estabelecem, direta ou indiretamente uma relação entre o IDEB enquanto medidor, mensurador, monitorador ou sinalizador de qualidade da educação. Contudo, apresentam aspectos que revelam a polissemia que envolve a busca pela qualidade educacional, superando os meros dados do índice como, por exemplo, “[...] *currículo, planejamento, metas claras, professores comprometidos [...], um ambiente adequado e favorável ao desenvolvimento e aprendizado de todos*”; “[...] *valorização do magistério [...], merenda e transporte escolar, reformas nas escolas, incentivo para organização dos **conselhos escolares e de classe**, como também, as parcerias com as outras Secretarias [...]*”.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender o conceito de qualidade atribuído ao campo educacional no Brasil, suas modificações e (re)significações com o passar do tempo até a atualidade, que se encontrou muito atrelado principalmente a ideia de expansão, acesso, permanência e, atualmente, à avaliação.

Em seguida explicitamos as bases do índice educacional do IDEB, que se dá através das médias obtidas pelo Censo Escolar e pelas avaliações em larga escala que compõem o Sistema de avaliação da educação Básica – Saeb (Prova Brasil/Anresc, Aneb e ANA). Na prática, percebemos, por meio dos discursos das secretárias municipais de educação que todas atribuem ao IDEB a função de aferidor de qualidade. Entretanto, não se reduzem somente a ele quando se referem às suas práticas, revelando uma dualidade presente em um mesmo discurso, resultado da presença de práticas e discursos ora convergentes e divergentes, ora contraditórios relacionados ao índice, e que permeiam o campo educacional.

Por fim, o IDEB, enquanto indicador sintético é efetivo quando se trata de avaliar aquilo que ele se propõe, ou seja, evasão e a média dos alunos em língua portuguesa e matemática, haja vista que suas informações e resultados se baseiam em dados quantitativos e de larga escala. Entretanto, isso não significa que esses dois indicadores, por si só, sejam capazes de qualificar um campo tão complexo, como é o caso educacional, que é movido por vários fatores, agentes, forças e realidades, conforme buscamos apresentar e que está reforçado pela fala das secretárias de educação.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

FERNANDES, Rodrigues. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.